



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1365

DA CORRELAÇÃO ENTRE A INTERPRETAÇÃO DAS FONTES E OS FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE

Bárbara Valente de Deus Duarte
Moacir José da Silva
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. Esta pesquisa do campo das teorias da história visa relacionar a escolha e a interpretação das fontes com os seus referenciais metodológicos. O ponto de partida é analisar a diferenciação dos pesos e das prioridades que distintas escolas de pensamento atribuem às fontes de pesquisa histórica. Em suma, trata-se então de um exame das vertentes historicista e austríaca, focalizando alguns dos seus principais expoentes teóricos, os seus elementos metodológicos de análise, o nexos existente entre eles e o tratamento teórico dado às fontes de pesquisa. Seguindo o referencial convencional para estudos do tipo essencialmente qualitativo, esse trabalho se dividiu em duas fases, sendo a primeira focada substancialmente na análise e interpretação de cada uma das escolas e a segunda uma ponderação e contraposição das duas correntes caracterizando e diferenciando o modo como propõem o uso das fontes de pesquisa. Comparando-as, concluiu-se que enquanto os Historicistas priorizam fontes tais como documentos oficiais, fatos e datas inserindo o objeto de estudo em um dado local histórico, os Austríacos oferecem uma abordagem priorizando a história das ideias. Esta seria para eles a fonte essencial para entender as conexões entre as relações de indivíduos e instituições no contexto do individualismo metodológico subjetivista.

Palavras-chave: Teorias da História; Historiografia; Fontes de Pesquisa.

Financiamento: Fundação Araucária.

Introdução

Objeto de recorrentes debates historiográficos, congressos e revistas nacionais e internacionais, o campo das Teorias da História tem se destacado dentre as mais relevantes áreas de conhecimento em ciências humanas. O recorte desta

pesquisa recaiu sobre o Historicismo e a Escola Austríaca da História, especialmente por se tratar de vertentes interpretativas que serviram de embasamento e identidade para um rol quase que infindável de estudos historiográficos e especialmente por propiciar um entendimento aprofundado do nexos entre metodologia e fonte de pesquisa. Seguindo o referencial convencional para análises do tipo essencialmente qualitativo, trata-se de um estudo bibliográfico focado em aspectos essenciais das metodologias sobre o modo como se dá continuidade do processo histórico. O enfoque recairá sobre duas escolas tradicionais de pensamento que, agrupadas, formam um conjunto de referenciais metodológicos clássicos para um extenso rol de estudos historiográficos.

Objetivo

O objetivo geral deste foi contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos no campo de Teorias da História. Também propôs-se diferenciar e caracterizar categorias, conceitos e supostos essenciais de interpretação do processo histórico no contexto teórico do Historicismo e da Escola Austríaca. Contrapõem-se, por fim, as metodologias investigadas focalizando nelas a utilização das fontes da pesquisa histórica.

Resultados e discussão

Conhecido por se enquadrar na corrente filosófica idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1992) acredita que a realidade está no mundo das ideias e é intangível, sendo acessível apenas através da razão. A ideia principal que norteia o seu trabalho mais famoso, *“Fenomenologia do Espírito”*, foi a de delinear todos os estágios do desenvolvimento do espírito/mente/consciência humana coletiva, refletindo-as nas consciências individuais e, de maneira ainda mais específica, na história da humanidade. Através da obra foi traçado o espaço desde o estágio mais inferior, chamado por ele de “consciência não científica”, até o estágio em que finalmente se conhece a realidade pelo que ela realmente é, a chamado “conhecimento absoluto”.

Segundo uma representação natural, a filosofia, antes de abordar a coisa mesma – ou seja, o conhecimento efetivo do que é, em verdade, - necessita primeiro pôr-se de acordo sobre o conhecer, o qual se considera ou um instrumento com que se domina o absoluto, ou um meio através do qual o absoluto é contemplado. (HEGEL, 2005, p. 71).

Na obra divide-se a Fenomenologia em três fases principais, que também pode ser chamado de tese, antítese e síntese de um movimento dialético. A primeira é a consciência do objeto ou da coisa sensível, que está diante do sujeito. A segunda é a autoconsciência de si, de modo particularmente dependente da consciência social. O terceiro é a razão, representada como unidade precedente ao nível superior. Para Hegel, essas divisões têm subdivisões naturais que incita a mente a sempre passar para um nível superior, mais adequado.

O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento. Sobre o absoluto, deve-se dizer que é essencialmente resultado; que só no fim é o que é na verdade. Sua natureza consiste justo nisso: em ser algo efetivo, em ser sujeito ou vir-a-ser-de-si-mesmo. Embora pareça contraditório conceber o absoluto essencialmente como resultado, um pouco de reflexão basta para dissipar esse semblante de contradição. O começo, o princípio ou o absoluto - como de início se enuncia imediatamente - são apenas o universal. Se digo: "todos os animais", essas palavras não podem valer por uma zoologia. Do mesmo modo, as palavras "divino", "absoluto", "eterno" etc. não exprimem o que nelas se contém; - de fato, tais palavras só exprimem a intuição como algo imediato. A passagem - que é mais que uma palavra dessas - contém um tornar-se Outro que deve ser retomado, e é uma mediação; mesmo que seja apenas passagem a outra proposição. Mas o que horroriza é essa mediação: como se fazer uso dela fosse abandonar o conhecimento absoluto - a não ser para dizer que a mediação não é nada de absoluto e que não tem lugar no absoluto. (HEGEL, 1992, p. 33.).

De maneira geral Hegel retrata a relação entre a realidade e o seu mecanismo de compreensão. Sua tese fundamental é de que a o universo, ou seja, a totalidade segue um conceito dialético que é fluído e que contem negações. A realidade que é nomeada por um conceito, independente de ela ser natural ou

mental, faz existir também a sua antítese. Todo esse processo deve ser analisado considerando o desenvolvimento da consciência coletiva, que só pode ser revelada através da história da civilização e das culturas humanas.

Já Karl Popper, em sua obra *“The Poverty of Historicism”*, faz uma crítica direta ao método da corrente historicista, ou seja, do próprio Hegel. A sua ideia principal é mostrar que o historicismo é um método pobre, miserável e uma vez que “Circunstâncias semelhantes só se manifestam em um mesmo período histórico. Nunca se estendem de um a outro período. ” (POPPER, 1964, p.9). Para ele é impossível prever o futuro da história humana através de uma teoria científica do desenvolvimento. O rumo da história humana, segundo ele, está muito relacionado ao crescimento dos conhecimentos humanos, e é impossível prognosticá-la, seja de forma racional, seja de forma científica. O historicismo, então, sucumbe por falta de conhecimento racional ou científico.

Circunstâncias semelhantes só se manifestam em um mesmo período histórico. Nunca se estendem de um a outro período. Consequentemente, a sociedade não apresenta uma uniformidade a longo prazo, sobre a qual pudessem basear-se generalizações a longo termo (...). (POPPER, 1964, p.9)

Popper expressa também uma crítica as correntes naturalistas e antinaturalistas. As correntes naturalistas, segundo ele, uma vez que propõem um sistema de previsões capazes de antecipar eventos em longo prazo, podem ser descritas como científicas. O maior problema nessas teorias, segundo o autor, é o fato delas frequentemente confundirem “leis” com “tendências”. Diferente das leis científicas, não é possível encontrar nenhuma que seja imutável e universal para as ciências sociais. (POPPER, 1964, p.63)

A discussão entre o real significado de leis e tendências também são amplamente enfatizadas e debatidas. Segundo ele, esses dois

termos, quando confundidos, podem provocar problemas. “Ora, Mill e os historicistas que o acompanham esquecem a dependência em que estão as tendências, relativamente às condições iniciais. Operam com as tendências como se elas fossem, à semelhança de leis, incondicionais.(POPPER, 1964, p.63.).

Leis, para Popper, são estáticas e geralmente são estabelecidas por questões de periodicidade. Já tendências, termo que prefere adotar, estão baseadas em orientações e possibilidades, mas que não obrigatoriamente tem que acontecer. Diferentemente das ciências naturais, as ciências sociais possuem objetos abstratos e muito mais complexos. (POPPER, 1964, p. 12).

Tal é, poderíamos dizer, o erro central em que incide o historicismo: suas “leis de desenvolvimento” apresentam-se como tendências absolutas, tendências que, à semelhança do que acontece com as leis, independem de condições iniciais e nos levam, irresistivelmente, em dada direção, para o futuro. Constituem a base das profecias incondicionais, em oposição às previsões científicas e condicionais. (POPPER, 1964, p. 68-69)

Já as correntes antinaturalistas, que partem da mesma base científica, acreditam no conceito de que o mundo é estático, mas a sociedade não, podendo agir, então, entre períodos. Para Popper, devemos tomar cuidado com a relatividade histórica de conhecimento e situações. Propõe-se, então, a aplicação do que ele chama de “método zero”, onde deve ser considerado o desvio de conduta que pode ser aplicado, ou seja, deve ser usado o método da falseabilidade; diz ele, que:

Usando essa expressão, pretendo indicar um método de construção de modelo que se apoia no pressuposto de completa racionalidade (e talvez também no pressuposto de posse de informações completas) por parte das pessoas em causa; e admito haja como avaliar o quanto se desvie o efetivo comportamento do comportamento-modelo, fazendo com que este desempenhe o papel como que de uma coordenado zero. (POPPER, 1964, p. 74).

O famoso economista e filósofo Ludwig von Mises (1995, 2007), um dos ícones da escola austríaca, discute em suas obras *Theory and History* e em *Ação Humana: um tratado da economia*, uma forma mais eficiente de ler e compreender a história e os objetos históricos das ciências sociais. Uma de suas principais características é anunciar o estudo da ação humana propositada, o que chamamos de economia – uma ciência que emana da praxeologia, e dos registros das ações individuais passadas, ou seja, da história. “História é o conjunto e a arrumação sistemática de todos os dados relativos à experiência da ação humana.” (Mises, 1995, p. 57). Para entender melhor a praxeologia devemos considerar que para o autor uma ação humana é aquela que leva um comportamento com intenção de se atingir um fim dado.

Nenhuma ação pode ser bem-sucedida se não for guiada por uma compreensão verdadeira – no sentido de pragmatismo – daquilo que é comumente chamado de relação de causa e efeito. A categoria fundamental da ação, a saber, meios e fins, pressupõe a categoria de causa e efeito. (Mises, 1995, p.79).

Tudo que é ciência, então, deve ser abordado através de uma visão dualística, ou seja, deve-se sempre ser levar em consideração o fato de que os seres humanos não sabem como alguns fatores de características externas, como as psicológicas, químicas e/ou físicas, afetam nosso discernimento, idealizações e julgamentos de valor. Por essa imperícia, divide-se, então, o conhecimento em dois campos diferenciados: o campo dos eventos externos, também chamado de natureza, e os eventos do domínio do pensamento e da ação humana.

Para Mises, a maior e mais clara diferença entre o que chamamos de natureza e o que chamamos de ações humanas é a presença ou ausência de regularidade. “(...) A experiência com a qual as ciências da ação humana têm de lidar é sempre uma experiência de fenômenos complexos. No que diz respeito à ação humana, não se pode realizar experiência em laboratório.” (Mises, 1995, pg. 58). Nas ciências naturais quando um mesmo objeto recebe um estímulo análogo, ele impreterivelmente responderá da mesma maneira. Já os homens tendem a agir de maneira plural a estímulos iguais, mais ainda, o autor afirma que o mesmo homem em localizações temporais diferentes tende a agir de maneira desigual, não

seguindo nenhum padrão e sendo impossível agrupá-lo levando em consideração apenas as suas reações.

As ciências naturais também lidam com eventos passados. Toda experiência é uma experiência de algo que já se passou; não há experiência de acontecimentos futuros. Mas a experiência à qual as ciências naturais devem todo seu sucesso é aquela em que os elementos específicos que sofrem alteração podem ser observados isoladamente”.(MISES, 1995, p. 58)

Ele aponta também que todas as ações humanas possuem propósitos pré-determinados, ou seja, a intenção de atingir o desfecho que ele anteriormente escolheu. É através dessa afirmação que percebemos o quanto Ludwig von Mises deixa claro a sua oposição a todos os tipos de positivismo, comportamentalismo e panfiscalismo, já que esses, frequentemente, ignoram o fato de que o homem busca atingir seus fins definidos e tratam a metafísica como algo tolo e superficial.

Talvez a ciência natural alcance um dia uma posição que lhe permita descrever os eventos físicos, químicos e biológicos que, no corpo do homem Newton, produziram necessária e inevitavelmente a teoria da gravidade. Neste meio tempo, devemos nos contentar com o estudo da história das ideias como uma parte das ciências da ação humana.(Mises, 2007, p. 80)

O conhecimento humano é visto em “*Theory and History*”, outra importante obra austríaca, como algo subordinado pela mente humana e pela extensão que o homem - ou seja, o objeto - pode perceber as sensações humanas. Através disso, afirma-se que possivelmente ainda existam coisas que estão fora do nosso alcance de conhecimento, que não deixaram quaisquer vestígios capazes de penetrar no que ele chama de “esfera de ação” e modificar a nossa percepção. Mises considera também que a conjuntura observada hoje não necessariamente é eterna, podendo sofrer modificações durante a história do universo.

Considerações finais

Conclui-se, então, que enquanto agremiações não humanas reagem seguindo padrões regulares, as ações humanas, ou seja, os homens agem pensando em uma meta. Para isso é escolhido um meio, sendo este não explicável pelas ciências naturais. Os meios, de acordo com Mises, são as escolhas feitas entre duas ou mais possíveis estratégias. Essas estratégias podem ou não ser compatíveis com as filosofias cristãs, e elas geralmente são julgadas e analisadas levando em consideração os efeitos produzidos. “A marca característica dos fins últimos é que eles dependem totalmente do julgamento pessoal e subjetivo de cada indivíduo, que não pode ser examinado, medido e muito menos corrigido por qualquer outra pessoa.” (Mises, 2007, p. 24).

É por essa razão que Ludwig von Mises (1995) em *“Ação Humana: um tratado de economia”*, considerado por muitos a grande obra prima do Austríaco, defende o liberalismo econômico em sua versão mais pura e com menos intervenção do estado, o chamado *laissez-faire*. Acredita-se que, de maneira geral, o mercado não é um “lugar” e sim um “processo”, nos quais os homens sempre buscam melhorar a sua situação de vida. Para o autor, ele é estabelecido através de cooperação mútua, ou seja, das suas ações racionais e conscientes, do interesse imediato do consumidor e da competição entre os produtores, que acabam fazendo com que o preço final fique sempre mínimo. Em *Ação Humana*, ele afirma que o crescimento e o progresso da sociedade humana só dependem de dois elementos, sendo o primeiro deles a capacidade intelectual do ser humano e o segundo a habilidade desses eruditos em tornar “(...) essas ideologias aceitáveis pela maioria” (Mises, 1995, p. 977).

Ludwig von Mises tentou construir uma teoria econômica explicando desde os princípios econômicos mais básicos, como a flutuação dos preços e a troca monetária, até as problemáticas mais complexas, como as várias formas de intervenção estatal. Para ele, tanto as ideias marxistas quanto as keynesianas, são baseadas em falsetas. Para os austríacos, os processos econômicos são vistos

como de extrema importância e de responsabilidade de todos, pois nele estão em jogo não só o próprio destino como também o destino das futuras gerações.

Outro economista e professor que fez bastante para as áreas da psicologia, do direito e da política foi Frederich August von Hayek (1985) que em *“Direito, Legislação e Liberdade”*, afirma que os conjuntos de regras são tão antigos quanto qualquer sociedade, sendo o direito, então, muito anterior aos homens da antiguidade. Por outro lado, o que ele chama de legislação, ou seja, a criação de regras, a intromissão na vontade humana, fora algo bastante recente e definida por um grupo pequeno de pessoas. Esses dois tipos de coerção, tanto as normas espontâneas quanto as regras legisladas, devem coexistir. “(...) embora ordem espontânea e organização devam sempre coexistir, não é possível combinar esses dois princípios de ordem a nosso bel-prazer”. (HAYEK, 1985, p. 50). Propõe-se, então, que o Estado de Direito seja o “governo das leis”, ou seja, as leis devem cair sobre todos os membros da sociedade independente de posição social e não deve ser aberta a interpretações que possam ser iníquas. Leis devem ser imutáveis e claras.

Os termos “liberalismo” e “democracia”, também trabalhado com muito entusiasmo por Popper (1964) e Mises (2007), são representados por Hayek (1985) como parte de sua ligação direta com direito e legislação. Segundo o autor, o liberalismo está muito ligado à contenção de diminuição do poder público, enquanto democracia está ligada fundamentalmente a ideia de quem escolherá o responsável pelo poder público. “O que pretendi afirmar em *O Caminho da Servidão* certamente não foi que todo o afastamento, mesmo pequeno, daquilo que considero os princípios de uma sociedade livre nos arrastará inevitavelmente para um sistema totalitário” (HAYEK, 1985, p.65). Nota-se que a democracia é muitas vezes vista como falha porque influencia a união de grupos que se juntam para defender os seus próprios interesses, ou seja, se torna um sistema que tende a aumentar os poderes do governo e a favorecer grupos particulares, destruindo a liberdade individual.

Suas obras criticam claramente o que ele chama de “racionalismo construtivista”, no qual a ordem humana é completamente e extremamente racional

e as instituições deverão servir apenas aos propósitos que já foram previamente estabelecidos. “(...) a propriedade característica do racionalismo construtivista é, antes, a de não aceitar a abstração – a de não reconhecer que os conceitos abstratos são um meio de fazer face à complexidade do concreto que a nossa mente não é capaz de dominar por inteiro”. (HAYEK, 1985, p.29). Segundo ele, há sempre a possibilidade de não se conhecer todos os fatores de uma ordem social, por isso a cooperação entre indivíduos permite que as informações principais sejam mais bem utilizadas e se encontre maior garantia de progresso e liberdade.

Assim, o racionalismo construtivista, em seu empenho por submeter tudo ao controle racional, em sua preferência pelo concreto e em sua recusa a se submeter à disciplina de normas abstratas, acaba por andar lado a lado com o irracionalismo. A construção só é possível quando visa a fins específicos que, em última instância, serão necessariamente não-rationais; e nenhum argumento racional neles baseado pode levar à concordância se esta já não estiver presente desde o início. (HAYEK, 1985, p. 34)

Para Hayek, a visão cartesiana de que se deve atribuir grande autoridade e confiabilidade para fatos científicos devem ser criticada. Acredita-se, então, no que ele chama de *“learning from experience”*, ou seja, que grande parte do conhecimento adquirido pelo ser humano vem através de conhecimentos passados e de forma pouco organizada, que a mente do ser humano é consequência tanto de condições naturais quanto sociais, em que execução, propagação e aperfeiçoamento levam a melhores chances de um indivíduo sobreviver no grupo à qual pertence.

Aprender a partir da experiência, entre homens não menos que entre animais, não é um processo essencialmente de raciocínio, mas de observância, disseminação, transmissão e aperfeiçoamento de práticas que se impuseram porque deram bom resultado - em geral não porque propiciaram algum benefício identificável ao indivíduo que agia, mas porque aumentaram as possibilidades de sobrevivência do grupo a que este pertencias.(HAYEK, 1985, p.13)

Suas teorias, de maneira geral, também fazem uma grande defesa da liberdade individual. Diz-se que as características próprias são capazes de estimular positivamente os resultados. Sua crítica abrange desde os modelos de centralização política econômica até os regimes opressores totalitários, que, segundo Hayek, podem acabar sendo um empecilho na criatividade de cada sujeito indivíduo encontrar uma solução melhor para os seus próprios problemas.

Em *“The Counter-revolution of Science”*, Hayek (1952) critica diretamente o cientificismo, ou seja, a corrente que afirma que o método mais eficaz de se investigar os objetos tanto da área natural quanto da área social é o método científico. Sua principal condenação pauta-se no fato de que ao priorizar os modelos matemáticos e das ciências naturais, os economistas ou estudiosos da área social poderiam acabar tratando o objeto de estudo, o ser humano, como algo influenciável e investigável, da mesma forma que um matemático trata as suas equações ou um químico trata as suas partículas.

While the specific subjectivist approach of the social sciences starts, as we have seen, from our knowledge of the inside of these social complexes, the knowledge of the individual attitudes which form the elements of their structure, the objectivism of the natural sciences tries to view them from the outside it treats social phenomena not as something of which the human mind is a part and the principles of whose organization we can reconstruct from the familiar parts, but as if they were objects directly perceived by us as wholes." (HAYEK, 1952, p. 53)

Afirma que todas as ciências naturais começam com uma classificação, e que no caso dos objetos físicos, eles são classificados por características permanentes e individualizam-se através de testes que podem ser controlados e objetivos. Já o objeto das ciências sociais, os seres humanos, não são autônomos. Eles pensam, possuem valores completamente diferentes um dos outros, objetivos variados e muitos fins. O homem possui o livre arbítrio de escolher entre diversas alternativas e suas ações não podem ser classificadas, medidas ou previstas. Ademais, seus valores, ideias, escolhas e até mesmo objetivos se modificam com o tempo, dependendo das condições sociais e temporais que em que eles se encontram. Ele

afirma que "In fact, most of the objects of social or human action are not "objective facts" in the special narrow sense in which this term is used by the Sciences and contrasted to "opinions," and they cannot at all be defined in physical terms." (HAYEK, 1952, p. 26-27)

Além disso, também analisa os erros que podem ser encontrados na metodologia de autores que teorizaram ou apoiam o socialismo em sua forma moderna. Explica, assim como o texto de Mises (1995), a gênese das instituições sociais, tais como o mercado, o dinheiro, a linguagem, e os preços. Para Hayek (1985,1952) a sociedade é o resultado eminente, ou seja, não planejado, das escolhas humanas. Dizemos, então, que o seu texto é também uma crítica à sociedade de planejamento centralizado, que tenta criar instituições e contatos sociais de forma bastante artificial.

Considerações finais

Sabemos que as ideias centrais de Hayek foram muito pouco aceitas pela academia e pelos outros pensadores da época. Então, tendo consciência disso, o autor descreve e enfatiza a importância de alguns filósofos franceses que apesar de pouco conhecidos ou valorizados, compactuam com suas mesmas ideias filosóficas. Comparando as duas correntes de análise de fontes históricas aqui analisadas concluiu-se que enquanto os Historicistas focalizam a interpretação baseando-se em documentos oficiais, fatos e datas inserindo o objeto de estudo em um dado local histórico; aqui a história figura como a principal ciência do homem e obedece leis gerais de desenvolvimento que são utilizadas da mesma forma que as ciências naturais. Por outro lado, a pesquisa concluiu que a Escola Austríaca de História oferece uma abordagem orientada para o subjetivismo, levando em consideração o espaço, tempo e o individualismo do ser humano, ou seja, as características racionais e emocionais. De acordo com isso a história das ideias permanecerá neste contexto teórico como uma fonte preferencial de pesquisa na medida em que oferecerá uma perspectiva para se compreender os valores morais que motivaram as ações humanas individuais e suas convergências formando as coletivas.

Referências

HAYEK, F. A. **The Counter Revolution of Science**. Glencoe, Ill:Free Press, 1952.

HAYEK, F.A. **Direito, Legislação e Liberdade**. São Paulo: Visão, 1985.

HEGEL, G. H. F. **Fenomenologia do Espírito**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

MISES, L. V. **Ação Humana**: um tratado de economia. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MISES, L. V. **Theory and History**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

POPPER, K. R. **The poverty of Historicism**. New York: Harper & Row, 1964.